MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
ISSN 2316-8323

O BRASIL E A SUA FRONTEIRA COM O ISLÃ: O CASO DO SURINAME

MONIQUE SOCHACZEWSKI GOLDFELD
Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares da ECEME.
Coordenadora do MBA em Relações Internacionais da FGV-Rio.

TASSIO FRANCHI
Professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

RESUMO: O intuito do artigo é apresentar brevemente a história do Suriname e da presença do Islã neste, contextualizando, portanto, a ligação desse país com a Organização da Cooperação Islâmica, organização que integra desde 1996 e amplia suas relações nos últimos anos. A pesquisa justifica-se por se tratar do país com o qual o Brasil tem significativa fronteira, mas segue ainda de pouco conhecimento acadêmico e do público em geral. Faz-se revisão da literatura consolidada e pesquisa empírica em arquivos pessoais e periódicos, bem como entrevistas temáticas de História Oral, buscando apresentar amplo painel de país em que as relações bilaterais passam fortemente pelo campo da Defesa e que apresenta um Islã bastante dissonante de radicalismo e intolerância apresentado largamente pela mídia e outras fontes.

PALAVRAS-CHAVE: Suriname; Islã; Organização da Cooperação Islâmica; Fronteira

BRAZIL AND ITS BORDER TO ISLAM: THE CASE OF SURINAME

ABSTRACT: The purpose of the article is to present briefly the history of Suriname and to put in context the presence of Islam in this country. It is explained then the country's connection with the Organization of Islamic Cooperation, an organization that has been member since 1996 and that is expanding its relations in the last years. The article it is justified as Suriname is a country with which Brazil has a significant border, but still little known by scholars and the general public. It was made a literature review and empirical research in personal archives and media database, as well as thematic interviews of Oral History. The goal was also to present a broad panel of country in which bilateral relations pass strongly by the field of Defense and that presents a quite dissonant Islam, very different of the image of radicalism and intolerance presented largely by the media and other sources.

KEYWORDS: Suriname; Islam; Organization of Islamic Cooperation; Border;

O Brasil conta com cerca de dezesseis mil quilômetros de fronteira, sendo cerca de doze mil deles na chamada Amazônia Legal. O país faz fronteira com nove países e um território ultramarino francês, a Guiana Francesa. Não é raro se ouvir em discursos de autoridades a peculiaridade da mais longa fronteira francesa de cerca de setecentos quilômetros ser justamente com o Brasil, sendo esta também uma fronteira simbólica entre a América do Sul e a Europa, e entre o Mercosul e a União Europeia[1]. Vale reparar, porém, que o Brasil tem bordas também com o Islã, uma vez que dois de seus vizinhos ao norte têm significativa população muçulmana e integram a Organização da Cooperação Islâmica (OCI) desde a década de 1990. Este é o caso da Guiana e do Suriname[2].

Não é novidade pesquisas que busquem mapear a presença de muçulmanos nas fronteiras brasileiras. É esse o caso das pesquisas de Denise Jardim sobre palestinos em Chuí (2007), de Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto (2013) e Arthur Bernardes do Amaral (2009) sobre a região de Foz do Iguaçu, e de Jakson Hansen Marques (2015) sobre a fronteira com a Venezuela. O intuito aqui, porém, não é tratar de comunidades diaspóricas árabes e práticas islâmicas em regiões fronteiriças do Brasil. Como dito, já há pesquisas de fôlego sobre o tema, sobretudo de antropólogos, embora ainda não exista um trabalho que as unifique apresentando um panorama dessa presença como um todo ao longo das fronteiras brasileiras.

O objetivo desse artigo é tratar especificamente do caso de um país com o qual o Brasil tem cerca de seiscentos quilômetros de fronteiras e relações próximas, sobretudo desde a independência dele, em 25 de novembro de 1975. O interesse é, portanto, tratar do caso surinamês, ressaltando sua história, o contexto se sua inserção na OCI, bem como suas relações com o Brasil e a peculiaridade dessa fronteira. A pesquisa justifica-se não só por se tratar de vizinho ainda pouco considerado pela academia (Rosa Ribeiro, 2002: 486) e com relações antigas e importantes com o Brasil, como por lançar luz a uma relação

[1] Este foi o caso do discurso do presidente Lula quando de visita do presidente frances Nicholas Sarkozy, em 14 de novembro de 2009: http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas?catid=0&id=10708. Acesso em 14 de agosto de 2017.

[2] Vale ressaltar que ambos os países também integram o Tratado da Cooperação Amazônica (TCA), também conhecido por Pacto Amazônico, e assinado em Brasília, em 3 de julho de 1978.

com o mundo islâmico que é eminentemente brasileira. Trata-se ainda de país em que as relações bilaterais se dão, sobretudo, no âmbito militar.

O trabalho inspira-se nos debates correntes da chamada História Global, no sentido em que esta crescentemente ressalta a necessidade de se conhecer a história para além do Ocidente e do Estado-nação, bem como de se atentar para a longa duração (Subrahmanyam, 2017). Como ressalta David Armitage (2014), esta última nos permite questionar sobre a ascensão de complexos de longa duração de muitas décadas, séculos ou milênios e assim a distinguir o que é temporário ou contingencial, do que é duradouro e cumulativo. Nesse sentido, o olhar histórico que evita o euroecentrismo e o nacionalismo metodológico nos ajuda aqui tanto a buscar compreender a trajetória da consolidação do estado surinamês – ressaltando seu passado colonial e suas muitas trocas, sejam aquelas diretas com a Europa ou com terceiros – como dos debates do mundo islâmico que levou a criação de uma instituição como a Organização da Cooperação Islâmica.

Apesar de o interesse se dar sobre o caráter islâmico que também tem o Suriname a ponto de esse se associar a OCI, não busca-se aqui se juntar a larga bibliografia em que se vê o Islã como necessariamente ameaçador ou como "problema de geopolítica", como ressalta ser muito comum Mustapha Kamal Pasha (2017). O esforço é em grande medida de compreensão cultural, de apresentar e entender a peculiaridade do Islã existente no pais fronteiriço ao norte. Nesse sentido, a ideia de inteligência cultural ou etnográfica, defendida por Alessandro Visacro (2012) é também evocada.

A metodologia histórica é, portanto, em grande medida a empregada. É feita revisão da literatura academia mais consolidada sobre o tema – que ainda mostra-se incipiente –, bem como pesquisa em periódicos, arquivos pessoais de personalidades ligadas as relações do Brasil como o Suriname, e também entrevistas temáticas de História Oral depositadas em acervos como do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, como também entrevistas temáticas realizadas no âmbito desta pesquisa com oficiais militares brasileiros e surinameses.

Começamos pela história do Suriname e de como o Islã se insere nesta, partimos então para uma apresentação do histórico e interesses da Organização

da Cooperação Islâmica, passamos então para um histórico das relações bilaterais Brasil-Suriname com ênfase nas questões fronteiriças, para tratar então de como esse caso específico, pode nos ajudar a estabelecer uma visão própria do Islã mais afeita a realidade brasileira.

A história do Suriname e o papel do Islã neste

O Suriname foi conhecido por muito tempo como Guiana Holandesa. Ele foi fundado como colônia de Barbados, que era então colônia inglesa, em 1650. Em 1667, com a assinatura do Tratado de Breda após a segunda guerra anglo-holandesa, as Províncias Unidas receberam a soberania sobre a Guiana Holandesa, em troca de Nova Amsterdã (Manhattan) (Cavlak, 2016). Seguiu de certa forma então a peculiaridade colonial neerlandesa de procurar pela expansão comercial sem preocupação de "povoar ou mesmo estabelecer um enclave de valores e costumes próprios" (Cavlak, 2014: 241).

Segundo Ronaldo Vainfas (2010: 26), tolerância, mais do que liberdade religiosa, foi a principal característica adotada nas Províncias Unidas. Apesar do calvinismo oficial holandês, estes não tentaram evangelizar os nativos e nem mesmo reforçar o pacto colonial, liberando a região para o comércio e para o assentamento de outras nacionalidades. Quando expulsos do Nordeste brasileiro em 1654, muitos judeus holandeses de origem sefaradita, por exemplo, se mudaram para as Guianas, assim como para as Antilhas e para a Nova Holanda, na América do Norte. Aqueles oriundos de Pernambuco passaram primeiro por Caiena, seguindo então para a Guiana Holandesa (Veltman, 2005)[3].

Apesar de domínio relaxado a Guiana manteve-se sob domínio holandês de forma total até o início do XIX, sendo que nos séculos XVII e XVIII, foi governado em grande medida por companhia colonial (Ribeiro Rosa, 2002: 490). Como uma colônia de *plantation*, no século XVIII, buscou-se ali cultivar açúcar, café e outras safras exclusivas para exportação, com trabalho escravo e pequena população branca (composta de judeus e não judeus). Com a

[3] "Lá os judeus contribuíram substancialmente para o desenvolvimento da colônia, a base da cultura da cana-de-açúcar,e, graças a absoluta liberdade de que gozavam, foram crescendo em número e se organizando em uma comunidade duradoura que, em fins do século XVIII, chegou a contar mais de 1.300 almas. O núcleo mais importante – cerca de 1.045 judeus numa população de 2000 – ficava nos arredores de Paramaribo e era conhecido como 'Savana Judea'" (Veltman, 2005: 26)

decadência desse sistema no último quartel do século XVIII, reforçada no XIX, quase toda população branca não judaica emigrou[4].

Quando das guerras napoleônicas, houve primeiro invasão francesa e depois ocupação britânica. A Convenção de Londres, de 1814, "dividiu as guianas entre britânicos, que dominaram Essequibo, Demerara e Berbice, holandeses, limitados a faixa costeira central (Suriname) e franceses com um grande pedaço a leste (Guiana Francesa)" (Cavlak, 2014: 242). O domínio oficial neerlandês, porém, só se deu em 1863, com a aboliçao da escravidao e políticas crescentes de incentivar o caráter neerlandês da sociedade em todas as esferas, "da educação ao direito e sistema político" (Rosa Ribeiro, 2002: 494).

Os asiáticos passaram a chegar a partir do século XIX, justamente no contexto da mudança dos usos da mão de obra. Inicialmente foram chineses, entre 1854 e 1874, seguidos por indianos a partir de 1870. Javaneses muçulmanos (*Javanen*) seguiram para a região, porém, a partir de 1891. O intuito era que ficassem no país só durante um contrato de trabalho, mas muitos javaneses acabaram permanecendo de maneira definitiva. As condições de trabalho eram muito ruins, a ponto da Inglaterra proibir em 1916 a imigração de seus súditos da Índia para a região. Como os javaneses vinham de outra colônia neerlandesa, porém, não havia quem os protegesse e assim sua imigração não foi suspensa (Rosa Ribeiro, 2002: 497). Os números são incertos, mas Iuri Cavlak (2014: 243) indica cerca de 240 mil indianos e javaneses se transferindo para a América do Sul no período que vai de 1838 a 1917. Um terço deles, porém, teria conseguido retornar para sua terra natal.

O administrador colonial holandês Kielstra chegou a aventar projeto de levar cem mil javaneses para o Suriname em dez anos. Caso tivesse conseguido levar a cabo seu plano, como ressalta Fernando Ribeiro Rosa (2002: 502), "o Brasil teria como vizinho praticamente uma república javanesa muçulmana, já que o número de cem mil imigrantes superava muito não só o da população negra da colônia (...) como o da população local". Por ser muito caro, o plano se

[4] Com a maior tolerância em relação aos judeus na Europa na virada do século XIX para o XX, esses migraram em massa para o velho continente, restando minúscula minoria de judeus no país (Rosa Ribeiro, 2002: 491).

mostrou impraticável, embora em 1939 tenha chegado um navio com cerca de novecentos javaneses, que impactou a sociedade local.

Os javaneses se mantiveram em grande medida no campo, em comunidades fechadas. O distrito rural de Commewinje, em Paramaribo, é a região onde ainda vivem muitos de seus descendentes. Hoje eles representam cerca de 15% da população total do país, que é de cerca de seiscentos mil habitantes (Cavlak, 2016). São o segundo maior grupo asiático (estão atrás dos indianos, mas a frente dos chineses). Essa significativa presença seria levada em conta para a vinculação do país a Organização da Cooperação Islâmica, em 1996. Vale lembrar que a Indonésia, a ex-colônia holandesa onde se encontra ilha de Java, é o país com a maior população muçulmana do mundo com mais de 207 milhões de seguidores dessa fé (Badan Pusat Statistik, 2010).

Em relação ainda a essa presença de muçulmanos, vale evocar aqui o depoimento do major surinamês Kiue que estudou no Brasil tanto na Escola Superior de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO) como na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) em anos recentes. Kiue descende de indonésios por parte de mãe, e de chineses, africanos e alemães por parte de pai, apresentando uma mistura étnica não rara em seu país natal. Considerou-se católico por muito tempo até que se converteu (ou reverteu) ao Islã, assim como sua mãe de origem indonésia. Ele conta que muitos muçulmanos surinameses, mesmo os de origem javanesa, foram estudar religião na Arábia Saudita e no Egito no final do século XX, e isso explica a volta da religião de grupos como o de sua família, e há até quem faça o *hajj* para Meca, um dos pilares do Islã, como é o caso de seus sogros[5].

O Major Kiue ressalta que durante o Ramadã os empregadores mostram-se flexíveis com os que jejuam, permitindo só meio dia de trabalho, por exemplo. E *Eid al-Fitr*, a celebração que marca o fim do Ramadã, é feriado no país todo.

Kiue não têm números exatos, mas diz haver muitos muçulmanos nas Forças Armadas surinamesas, como ele. No que diz especificamente ao fato do Suriname integrar a OCI desde os anos 1990, ele ressalta que essa relação não era muito próxima até tempos recentes e que havia desconfiança da população

[5] Depoimento concedido por Major Kiue Asen Werner no Rio de Janeiro, em 21 de novembro de 2016.

a esse respeito, mas que, a seu ver, "depois de explicado do que trata tal organização", as pessoas agora a veem com bons olhos.

Uma característica interessante do país a respeito de seus muitos grupos étnicos, apontada por Kiue e ressaltada por Geraldine Dantas (2014: 129) é a chamada política do *apanjat*, "que significa a prática de votar por afinidade étnica, a disposição em votar no seu próprio grupo étnico religioso". O termo tem origem *hindi* e significa literalmente pertencer (*apan*) a uma comunidade ou a um grupo social (*jaht*). Dantas ressalta ainda que essa noção faz parte do pensamento social surinamense e expressa a garantia da representação, um balanço equilibrado e equânime entre os grupos étnico-culturais, incluindo os muçulmanos.

O major brasileiro Luis Fernando Tavares Ferreira serviu no Suriname entre 2012 e 2013 em missão para ajudar na implementação de uma escola superior de atualização de oficiais, nos moldes da ESAO brasileira. Tavares ressalta em depoimento que a religião muçulmana é de fato muito presente no país, sobretudo em Paramaribo, vendo-se muitas mesquitas, sobretudo nos arredores da capital bem mulheres com *hijab* pela cidade. Em sua experiência junto às forças armadas surinamesas lembra-se de colegas oficiais jejuando durante o mês do Ramadã. Impressionou-o, nesse sentido, o cuidado dos superiores militares em respeitar os subordinados que estivesse jejuando, evitando passar-lhes, por exemplo, atividades físicas muito rigorosas. Da mesma forma, diz que admirava os colegas que tinham comprometimento com a fé a ponto de levar adiante prática que os deixava claramente debilitados[6].

· A Organização da Cooperação Islâmica

A Organização da Cooperação Islâmica (OCI) é uma espécie de Organização das Nações Islâmicas Unidas. Ela inclui atualmente cinquenta e sete membros e clama representar 1, 5 bilhão de muçulmanos do mundo.

[6] Depoimento concedido por Major Luis Fernando Tavares Ferreira no Rio de Janeiro, em 24 de maio de 2017.

A OCI foi fundada em 1969 por vinte e quatro estados e mais representantes dos muçulmanos indianos e da Organização pela Libertação da Palestina (OLP). Seu objetivo era fortalecer a solidariedade muçulmana e lidar, sobretudo, com a causa palestina, em especial a ocupação israelense de Jerusalém oriental, tomada da Jordânia no âmbito da Guerra dos Seis Dias (1967).

Como ressalta Turan Kayaoglu (2015), as origens da OCI remontam ao fim do califado otomano, em 1924, promovido pela República da Turquia que se estabelecia sobre os escombros do Império Otomano, e aos debates em torno não só do califado em si, como da noção de *umma*. A abolição do califado "deixou alguns intelectuais muçulmanos e líderes em busca de uma organização que poderia representar a solidariedade simbólica – se não política – dos muçulmanos". E a noção de *umma*, remetia a ideia de que os muçulmanos integram um corpo unificado religioso, e presumidamente político, que transcende fronteiras étnicas, linguísticas, culturais e nacionais (Kayaoglu, 2015: 6).

Durante o período em que a maior parte dos países muçulmanos esteve ou sob domínio europeu ou ligado a nacionalismos, alguns religiosos, intelectuais, diplomatas e líderes políticos muçulmanos organizaram conferências transnacionais (*mu'tamar*) a fim de discutir formas de chegar a uma unidade islâmica. Nove conferências destas foram realizadas entre 1926 e 1964, e naquela realizada em 1949 se estabeleceu um Congresso Mundial Muçulmano (*Mu'tamara al-Alam al-Islami*). Embora o congresso não rendesse frutos imediatos, as conferências ajudaram a restabelecer uma forte crença entre intelectuais muçulmanos sobre a necessidade de uma unidade muçulmana. (Kayaoglu, 2015: 12).

O sentimento de busca por uma unidade entre muçulmanos, somado ao contexto da descolonização, do nascimento do Estado de Israel e crescentes interesses sauditas de se contrapor ao pan-arabismo de Nasser, estão por trás do que levou a criação da OCI, em 1969. O contexto da derrota dos países árabes, sobretudo o Egito, na Guerra dos Seis Dias, em 1967, teve também papel definidor, assim como um incêndio ocorrido na mesquita de Al-Aqsa, em Jerusalém oriental. Em Rabat, no Marrocos, foi então realizada uma Cúpula

Islâmica, com vinte e quatro países muçulmanos somados aos muçulmanos indianos e a OLP, já indicados acima, e se estabeleceu entre eles o compromisso dos muçulmanos liberarem Jerusalém e os territórios ocupados. No portal da organização, cita-se a data islâmica de criação da mesma como sendo 12 de Rajab de 1389, da Hijra, e ressalta-se o incendio de Al-Aqsa na "Jerusalém ocupada"[7].

Em 1970, em um encontro em Jeddah, na Arábia Saudita, estabeleceu-se um secretariado, com sede naquela cidade enquanto Jerusalém nao fosse liberada. E em 1972 se divulgou a Carta da OCI, com objetivo de representar a voz coletiva dos muçulmanos e defender causas e interesses na política mundial. E aos poucos foram sendo criadas instituições como a Agência Internacional Islâmica de Notícias (1972); o Banco do Desenvolvimento Islâmico (1974); o Fundo da Solidariedade Islâmica (1976); o Centro de Estatística, Economia, Pesquisa Social e Treinamento para Países Islâmicos (SESRIC, em suas iniciais em inglês, criado em 1978); o Centro Islâmico para o Desenvolvimento e Comércio, o Centro de Pesquisa para História e Arte Islâmicas (1981); a Academia Internacional Islâmica Fiqh (1981); o Órgão Islâmico de Educação, Ciência e Cultura (1981); a Organização de Radiodifusão dos Estados Islâmicos (1985), o Observatório de Islamofobia e a Unidade de Paz, Segurança e Mediação (Kayaoglu, 2015: 18).

A cada três anos realiza-se a Cúpula Islâmica, que engloba os chefes de Estado da organização. Como dito, a primeira delas, que fundou a organização, se deu em Rabat (1969), no Marrocos, mas já passou por Lahore (1974), Meca (1981), Casablanca (1984 e 1994), Kuwait (1987), Dakar (1991 e 2008), Teera (1997), Doha (2000), Putrajaya (Malásia, 2003), Cairo (2013) e Istambul (2016). Já o Conselho de Ministros das Relações Exteriores acontecem anualmente e também buscam se reunir quando dos encontros da Assembleia Geral da ONU. O Secretariado geral, sediado em Jeddah, tem no secretário um mandato de cinco anos renovável uma vez.

[7] Disponivel em: http://www.oic-oci.org/page/?p_id=52&p_ref=26&lan=en Acesso em 14 de agosto de 2017.

Como dito, a noção de *umma* e o conceito de califado tem um papel importante na narrativa em torno da criação da instituição. A verdade, porém, é que a OCI é extremamente estado-cêntrica, une de certa maneira a ideia de *umma* com estado-nação, numa instituição com certa semelhança com o califado. De organização religiosa, cada vez mais passa a organização eminentemente política. As razões que levam estados a se associarem a OCI sao variadas. Como aponta Kayaoglu (2015, 17): alguns países se filiam a fim de ganhar acesso a fundos e ajuda; outros se unem por razões domésticas, tais como ter um governante muçulmano; ou por razões internacionais, como ganhar apoio dos estados da organização em outras organizações internacionais.

Hoje a OCI congrega 57 membros, sendo 56 estados também membros da ONU, mais a Palestina. Essa última é a única exceção ao estado-centrismo da organização, que também exige compromisso de seus integrantes com a ONU, demandando que seus integrantes sejam também membros desta. As adesões OCI cresceram nos anos 1970 e nos anos 1990, com os dois países latino-americanos aderindo nessa segunda fase. Foi o caso do Suriname (1996) e da Guiana (1998)[8].

Ao que tudo indica, a participação inicial do Suriname na OCI foi mais superficial, mas nos últimos anos ela vem se adensando, diferente da vizinha Guiana que ainda se mantém mais pouco ativa. Os dois últimos secretários gerais da OCI, o turco Ekmeleddin Ihsanoglu (2004-2014) e o saudita Iyad Ameen Madani, (2014-2016) já visitaram o país. A visita de Ihsanoglu a Paramaribo em 2013, porém, foi a primeira de um secretário-geral da OCI ao país.

O Parlamento surinamês recentemente ratificou a nova carta da OCI e o Banco de Desenvolvimento Islâmico vem crescentemente se envolvendo com o desenvolvimento econômico do país, sobretudo visando obras de infra-estrutura muito necessarias a um dos países mais pobres da região[9]. Em novembro de

[8] Atualmente a OCI tem ainda cinco estados observadores, a saber: Federacao Russa, Bosnia e Herzegovina, Tailandia, Republica Centro-Africana e Republica do Norte do Chipre.

[9] Disponível em: <http://www.caribbeannewsnow.com/headline-Islamic-Cooperation-chief-heads-to-Guyana-and-Suriname-16012.html>; <http://curacaochronicle.com/region/oic-secretary-general-to-visit-guyana-and-suriname/>; <http://www.carib-commerce.org/index.php?id=538:oic-offers-to-finance-bridge-between-guyana-and-suriname-to-promote-regional-integration>. Acesso em 8 de agosto de 2017.

2013, o enviado especial do governo do Suriname, Anwer Lall Mohamed, visitou o secretariado geral da OCI, na Arabia Sauidta. Na ocasião, Mohamed encontrou com representantes de muitas das agências da OCI, e "expressou o interesse de seu país em se engajar mais com a organização é seus programas e atividades para benefício mútuo"[10].

Relações Brasil-Suriname

Quando da gestão do Barão do Rio Branco a frente do Ministério das Relações Exteriores (1902-1912) também se resolveram as pendências de fronteiras com a Guiana Holandesa. Em 5 de maio de 1906 foi assinado um tratado com o governo dos Países Baixos, estabelecendo os limites na Serra do Tumucumaque e por outros divisores de água (*Divortium aquarium*) das bacias da região amazônica.

O Suriname se manteve colônia holandesa até novembro de 1975 e foi portanto com o governo holandês que o Brasil negociou tratados e acordos e buscou melhorar as relações. Durante a Segunda Guerra Mundial, em função de sua larga produção de bauxita, houve interesse dos Estados Unidos em tentar cooptar o Brasil em alguma ação de ocupação do território da Guiana Holandesa. Este foi o tema de correspondência enviada em julho 1941 pelo presidente dos EUA Franklin Roosevelt a Getúlio Vargas. A reação brasileira foi de trazer o governo holandês para as negociações e ressaltar ao governo norte-americano o respeito brasileiro as suas fronteiras[11].

No contexto da Guerra Fria havia certa desconfiança em relação ao papel das três Guianas nesta, sobretudo temos por suas relações com Cuba. Em 31 de julho de 1961, o presidente Jânio Quadros, por exemplo, pedia ao Ministério da Justiça, Ministério da Guerra, Estado-Maior das Forças Armadas e Conselho de Segurança Nacional que elaborasse em trinta dias um plano de possível invasão e anexação das três Guianas. Dizia querer chamar atenção das autoridades em questão "para o problema das três Guianas, submetidas a

[10] Disponível em: <http://www.oic-oci.org/topic/?t_id=8597&ref=3458&lan=en> . Acesso em 12 de agosto de 2017.Tradução nossa
[11] GV c 1941.07.23\2; GV c 1941.08.18 (CPDOC-FGV).

intenso trabalho autonomista ou de emancipação nacional, com a presença de fortes correntes de esquerda, algumas, reconhecidamente comunistas"[12].

Depois disso a imprensa dá conta da criação do Parque Nacional de Tumucumaque, em 13 de junho de 1968, justamente na fronteira com o Suriname. Há também informes sobre a visita do chanceler Mário Gibson Barbosa ao Suriname e a Guiana, em novembro de 1971. A estadia no Suriname foi de dois dias e a questão principal foi sobre mar territorial e pesca do camarão. Falava-se ainda em acordo de cooperação econômica[13].

Logo após a independência do Suriname em novembro de 1975, o Brasil assinou uma série de tratados de acordos em 1976, a saber: o Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, o Acordo Cultural e o Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica. A verdade, porém, é que ainda existiam projetos de invasão do Suriname pelos Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria, e é com esse pano de fundo que Luiz Felipe Lampreia chegou ao país primeiro como Encarregado de Negócios, no final de 1982, e depois como embaixador já em 1983.

Lampreia contou em seu depoimento de História Oral ao CPDOC da FGV que acompanhou de perto o desenrolar das discussões entre Brasil e Estados Unidos com o presidente Figueiredo negando-se a participar de invasão a país vizinho, dizendo ao presidente Reagan que entendia a questão como questão brasileira, de fronteira, e "que o Brasil tomaria a iniciativa de resolver o problema da entrada dos cubanos lá no circuito". Depois de muito negociar, a solução dada pelo governo brasileiro foi a criação de um programa de ajuda militar e ajuda econômica de 50 milhões de dólares[14].

Começou ali, durante a embaixada de Lampreia, uma forte relação militar do Brasil com o Suriname, que ainda perdura. Inicialmente o Brasil financiou material militar como Urutus e carros blindados, todos de fabricação brasileira, bem como treinamento para os militares surinamenses no Brasil em escolas como a AMAN, ESAO e ECEME. Houve também ajuda econômica em cultivo de

[12] EG apr 1943.00.00 (CPDOC-FGV)
[13] Correio da Manhã, 11 de novembro de 1971, p. 11.
[14] Depoimento concedido por Luiz Felipe Lampreia ao CPDOC-FGV em 2008. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista1576.pdf

arroz, azeite de dendê, em madeiras, em assessoria na área de eletricidade e de habitação, segundo as memórias de Lampreia.

Ocorre então um certo hiato nas relações bilaterais que só passa a ser coberto na década de 1990, justamente quando Luiz Felipe Lampreia assumiu o Ministério das Relações Exteriores, no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Em 1996 o presidente surinamês Runaldo Venetiaan visitou Brasília e no ano seguinte, em fevereiro de 1997, foi a vez do presidente Jules Wijdenbosch visitar não só a capital federal como também São Paulo. Runaldo Venetiaan como presidente visitou novamente Brasília em agosto de 2000 e em julho de 2003[15].

Já quando da presidência de Luís Inacio Lula da Silva (2003-2010), o chanceler Celso Amorim visitou Paramaribo em dezembro de 2004, assinando então Acordo sobre Regularização Migratória e Tratado de Extradição. Em fevereiro de 2005 o presidente Lula esteve também na capital surinamesa por ocasião da Cúpula da CARICOM. Foram então assinados Memorando de Entendimento para Estabelecimento de Mecanismo Político de Consulta; Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Pesquisa Agrícola; Protocolo de Intenções na Área de Saúde; Tratado sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal; Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas e Ajuste Complementar sobre Regularização Migratória.

As visitas e participações em eventos comuns passam a ser mais constantes. Em janeiro de 2007 o presidente Venetiaan tomou parte da reunião de cúpula do Mercosul no Rio de Janeiro e em julho houve participação brasileira na I Reunião do Mecanismo Político de Consultas, em Paramaribo. Em maio de 2008 o mesmo presidente surinamês participou da Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo, em Brasília, em que foi assinado o Tratado Constitutivo da UNASUL, e em setembro e novembro do mesmo ano ocorreram em Paramaribo e Brasília, respectivamente, reuniões técnicas sobre o equacionamento da dívida do Suriname com o Brasil. Venetiaan participou ainda

[15] Disponivel em: http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/6479-republica-do-suriname. Acesso em 7 de agosto de 2017.

em 2008 das cúpulas de regionais (Grupo do Rio, UNASUL e CALC) e manteve diálogo bilateral com o Presidente Lula, na Costa do Sauípe, Bahia.

Em agosto de 2009, o secretário geral do Itamaraty, Samuel Pinheiro Guimarães, participou da cerimônia de posse do presidente Desiré Bouterse e em novembro do ano seguinte da celebração dos 35 anos de independência do Suriname. Bouterse participou da Cúpula do Mercosul e teve encontro bilateral com Lula em dezembro de 2010. Em janeiro de 2011 veio a Brasília para a posse de Dilma Rousseff. Crescem desde então as visitas de missões e ministros e em agosto 2013 a reunião da UNASUL foi em Paramaribo, com a presença da presidente Dilma.

Como dito, as relações com o Suriname passam fortemente pela Defesa desde os tempos do embaixador Lampreia. Os adidos do Exército lá são inclusive Tenentes Coronéis, caso raro na carreira militar em que normalmente só Coronéis ocupam esse tipo de cargo. De novembro de 2011 a dezembro de 2013 quem ocupou o cargo de adido do Exército e da Marinha em Paramaribo foi o Coronel Brait, e segundo sua visão, cerca de 60% das relações bilaterais se dão no âmbito militar. Sua atuação ali envolveu lida sobretudo com duas missões militares que existiam no país. Uma dela era para auxiliar o país na área de Educação Física, com assessores esportivos, e outra para ajudar na criação de uma escola de aperfeicoamento de oficiais. Por conta da importância do Brasil no país, porém, não era raro ter encontro com o presidente e ministros. O Coronel Brait ressalta que não haver problemas de fronteiras entre Brasil e Suriname, mas que há envolvimento de brasileiros de maneira ilegal com garimpo no centro do país e que esse tema é sensível uma vez que os brasileiros são muito marginalizados. Tal fato fazia necessária a presença, inclusive, de um adido policial, o que é bem raro de uma maneira geral[16].

Coronel Brait reforça em seu depoimento a retórica comum surinamesa de ser um país multiétnico em que os diferentes grupos religiosos convivem em harmonia, e também multilinguístico. De suas memórias, ressalta o espaço comum ocupado por uma mesquita e uma sinagoga em Paramaribo. Ressalta também que cada religião pode transformar dois feriados em feriados nacionais,

[16] Depoimento concedido pelo Coronel Angelo Brait Junior no Rio de Janeiro, em 7 de junho de 2017.

e os muçulmanos também têm os seus, como parece ser o caso do Eid al-Fitr indicado pelo major Kiue anteriormente. Suas lembranças eram mais dos muçulmanos seguirem claramente suas práticas religiosas dentro de suas próprias comunidades, de modo que não era algo muito visto no país, embora existissem mesquitas por todo canto. Nunca chamou sua atenção, por exemplo, o fato do Suriname integrar a OCI. Sabia, porém, que o Suriname mantinha próximas relações com a Indonésia, razão provável por conta da presença de descendentes de javaneses no país.

Major Tavares, oficial manauara que conta com larga experiencia em Amazônia e foi instrutor do Centro de Instrucao de Guerra na Selva antes de seguir para a missao no Suriname, ressalta ainda o interesse daquele pais em também estabelecer uma escola própria de guerra na selva. Algumas das razões pelo interesse são por conta de 90% de seu territorio ser selva e pelo fato da vizinha Guiana ja ter a sua escola há alguns anos[17].

Dinâmicas na Fronteira Brasil-Suriname

Nosso intuito aqui é sobretudo ressaltar a pecuiliaridade de o Brasil ter fronteiras com paises da OCI, mas vale aqui tambem algumas informacoes e reflexoes sobre a fronteira brasileira com o Suriname. Essa fronteira se estende por 593 quilômetros, sendo a maioria dela com os Estado do Pará e uma pequena parcela com o Amapá. Do lado surinamês encontra-se a região administrativa de Sipaliwini.

A região que alterna selvas de planície, e de montanha, tendo próximo o Parque Nacional da Serra do Tumucumaque; além de uma macha de cerrado em Tiriós. Do lado brasileiro a população é composta de indígenas, garimpeiros, militares além de poucos pesquisadores que transitam na região. Bertha Becker descreve a fronteira como sendo demarcada por pequenas bacias hidrográficas e divisores de águas como a serra do Tumucumaque, com baixa densidade demográfica e presença expressiva do Exército (BECKER, 2005: 59). O 1 Pelotão Especial de Fronteira (PEF) de Tiriós é o braço do Exército na região,

[17] Depoimento concedido pelo Major Luis Fernando Tavares Ferreira no Rio de Janeiro, em 24 de maio de 2017.

subordinado ao Comando Militar do Norte, sediado em Belém, cidade do qual está distante cerca de 900 quilômetros. O acesso ao PEF é feito apenas por via aérea, estando os militares e suas famílias, bem como os indígenas da etnia Tiryó dependentes da FAB ou do Exército para eventuais emergências.

O território fronteiriço alterna áreas naturais de proteção (Parques Nacionais) e terras indígenas. Uma peculiaridade do Suriname é que as áreas indígenas são demarcadas ao longo das margens dos rios, e várias chegam até a fronteira com o Brasil (RAISAG, 2012: 51). O distrito de Sipaliwi cobre mais de 70% da área do país, porém tem menos de 10% da população que está concentrada na capital, Paramaribo e no distrito de Wanica (Jubithana-Fernand, 2009). A malha viária do país é precária e está concentrada ao longo da região costeira, desta forma os rios são os meios de comunicação da costa com o interior. Desta forma a região é de difícil acesso, seja pelo Brasil seja pelo Suriname.

Entretanto, a relação do Brasil com o Suriname não se dá apenas nesta fronteira. Um problema enfrentado pelo Suriname que envolve os Brasileiros acontece nas adjacências da fronteira com a Guiana Francesa e em direção a região do lago Brokopondo, onde se concentram extensas áreas de mineração legal e ilegal, algumas das quais em terras indígenas (RAISAG, 2012: 31). Partindo da cidade de Oiapoque, no Amapá, os garimpeiros se aproveitam das boas relações franco-brasileiras e cruzam pela Guiana Francesa em direção às áreas de garimpo no Suriname e Guiana (Porto, 2010). As dinâmicas destes grupos obedecem uma sazonalidade dependente de fatores como a sucesso ou insucesso de uma empreitada, a maior ou menor fiscalização, dentre outros que ocorrer em diferentes zonas mineiras. Segundo Jubithana-Fernand (2009) a comunidade de brasileiros (legas e ilegais) chegava a cerca de 20 mil em 2008 (2009: 201), número que corrobora com o apontado pelo estudo *Suriname Migration Profile* (Heemskerk; Duijves 2015: 74).

No Suriname, segundo Jubithana-Fernand, "os impactos da migração brasileira são visíveis e tangíveis. A extração do ouro utilizando mercúrio causando sérios problemas ambientais e de saúde(...)" (2009: 202 - tradução nossa). As tensões geradas pela presença desta população flutuante já ocasionou conflitos e até mesmo um massacre de brasileiros em 2009. Na

ocasião o embaixador José Luiz Machado e Costa esteve no cidade onde ocorreu o ataque e vários brasileiros foram evacuados pela FAB (Peixoto, 2009). Mas, apesar disso "em comparação com os imigrantes chineses, embora sua integração na sociedade do Suriname seja visível com a presença em loja de artigos baratos por exemplo, os chineses são considerados uma comunidade mais fechada que a comunidade brasileira" (Jubithana-Fernand, 2009: 202 - tradução nossa). Fat (2009) traça um interessante panorama da aceitação da comunidade migrante chinesa no pais.

A presença de surinameses na Amazônia brasileira é baixa, não chegando a trezentos indivíduos (Heemskerk; Duijves 2015) que estão concentrados geralmente nas capitais dos estados (Aragón, 2010: 23). O perfil do migrante surinamês é geralmente de pessoas qualificadas como médicos, professores e outros portadores de diplomas segundo Jubithana-Fernand (2009).

O fluxo de migrantes do brasileiros, sejam trabalhadores sazonais ou comerciantes estabelecidos, segue sendo um expressivo em proporção a outros grupos e significativo por seu envolvimento direto e indireto com as atividades de mineração.

Considerações Finais

Já há importantes trabalhos que buscam trazer para o público brasileiro a história e as peculiaridades do Suriname, sobretudo aqueles realizados por Iuri Cavlak e Fernando Rosa Ribeiro, com ampla pesquisa multiarquivo em diversos países. Nosso interesse aqui é humildemente se juntar a esse esforço, buscando ampliar o olhar para além da fronteira específica do Brasil com o Suriname para a simbologia de ser ela também uma fronteira com a Organização da Cooperação Islâmica.

O Islã praticado por cerca de 15% da população do Suriname, por sua vez, só pode ser compreendido se a análise se amplia mais para a lógica defendida pela História Global, de se tentar entender o mundo para além do Ocidente e do Estado-nação. Fez-se necessário assim dominar minimamente a história colonial holandesa para além da relação metrópole-colônia, mas para a

relação colônia-colônia, pois só assim se apreende a presença de javaneses no Suriname. Ao mesmo tempo, faz-se essencial compreender o contexto por trás da criação da Organização da Cooperação Islâmica, em 1969, a forma como se amplia, as fase por que passa, e a forma – diferenciada - como lida especificamente com seus dois integrantes no Hemisfério Ocidental. O ativismo desta organização em relação ao Suriname em especial é crescente nos últimos anos e vale acompanhar o desenvolvimento. Em que medida essa relação podera servir de retórica ou ações mais práticas da OCI no continente americano?

O Suriname mostra-se um bom objeto de estudo – certamente a ser ampliado em pesquisas futuras – por ser dos poucos em que o componente militar é o preponderante das relações bilaterais. Estas estabeleceram-se desse modo nos anos 1980 ainda, ainda no contexto da Guerra Fria de temores por conta de eventual aproximação do Suriname à Cuba, e assim ainda se mantém em grande parte. Há certamente interesses da indústria de defesa e afins, mas em grande parte as relações têm se dado com o Brasil passando sua *expertise* em ensino militar em diversas esferas. Historicamente essas boas relações vem surtindo efeito, sendo o Brasil tão importante ao pais como os EUA e a Holanda. Ocorre, porém, nos últimos tempos um maior ativismo chinês no país, digno de atenção.

No mundo pós-11 de setembro e da chamada Guerra Global ao Terror buscou-se consolidar uma imagem do Islã em grande medida essencializada, no sentido de se evitar mostrar a complexidade, diversidade e mesmo conflitos existentes entre uma populacao estimada em cerca de 1,5 bilhão de pessoas, consolidando uma imagem bastante negativa do mesmo. No caso brasileiro, mais que acatar de maneira acrítica esse tipo de questão, é válido conhecer melhor as facetas do Islã com que o país tem contato. O caso do Suriname aqui apresentado é um deles e vale entender melhor também o caso da Guiana nesse sentido. Um apanhado geral da presença muçulmana no país seria outro lado importante, articulando as amplas pesquisas já existentes a esse respeito. Assim como uma consolidação do tipo de experiêencia que sobretudo militares vem tendo em operações de paz, sobretudo como observadores militares, em lugares como Saara Ocidental, Sudão e Chipre.

Referencias

AMARAL, Arthur Bernardes do. Para além da Guerra ao Terror? Balanço atual e perspectivas sobre a questão da Tríplice Fronteira. In: ZHEBIT, Alexander; SILVA, Francisco Carlos Teixeira (orgs.). *Neoterrorismo: reflexões e glossário*. Rio de Janeiro: Gramma, 2009, p. 245-278.

ARAGÓN, Luis E. Migração Internacional Acumulada na Amazônia. *PAPERS DO NAEA.* Nº 277, Novembro de 2010. pp.3-24

ARMITAGE, David. *Why politicians need historians*. The Guardian, 7 de outibro de 2017. Disponivel em: <https://www.theguardian.com/education/2014/oct/07/why-politicians-need-historians>. Acessado em 14 de Agosto de 2017.

BADAN, Pusat Statistik. *Sensus Penduduk 2010.* Jakarta, Indonésia. Disponível em: <http://sp2010.bps.go.id/index.php/site/tabel?tid=321&wid=0> Acessado em 11 de agosto de 2017.

BECKER, Bertha K.. Geopolítica da Amazônia. *Estud. av. [online].* 2005, vol.19, n.53 [cited 2017-08-12], pp.71-86.

CAVLAK, Iuri, Aspectos do desenvolvimento político e econômico da Guyana. In: *Revista Política e Planejamento Regional*. RJ, v. 1, n.1, julho/dezembro 2014, p. 234-256.

DUARTE, Geraldine Marcelle Moreira Braga Rosas. *Geopolitica das Guianas*. Belo Horizonte: PUC-MG, 2014 (Tese de Doutorado em Geografia).

FAT, Paul B Tjon Sie. Old Migrands, New Immigration and Anti-Chinese Discourse in Suriname. Journal of Chinese Overseas. 5. 2009. pp.153-176.

HEEMSKERK, Marieke; DUIJVES, Celine. *Suriname Migration Profile: A study on emigration from, and immigration into Suriname*. International Organization for Migration (IOM): 2015.

JUBITHANA-FERNAND, Andrea. International Migration in Suriname. In: ARAGÓN, Luis E. (organizador). *Migração internacional na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 2009. pp.185-204

KAYAOGLU, Turan. *The Organization of Islamic Cooperation: Politics, Problems and Potential*. London/NY: Routledge, 2015.

RAISG, Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada. *Amazônia sob Pressão.* (Coordenação geral: Beto Ricardo). São Paulo-SP: Instituto Socioambiental, 2012.

ROSA RIBEIRO, Fernando. A construção da nação (pós-)colonial: Africa do Sul e Suriname, 1933-1948. *Estudos Afro-Asiáticos,* v. 24, n.3, p. 483-512, 2002.

PASHA, Mustapha Kamal. *Islam and International Relations. Fractured Worlds.* London/NY: Routledge, 2017.

PEIXOTO, Fabrícia. Suriname: Itamaraty faz ronda por hospitais para colher informações. In: *BBC Brasil,* 28 de dezembro de 2009. Disponivel em:

http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/12/091228_suriname_ronda_fa_np.shtml> acessado em: 10/08/2017

PORTO, Jadson Luís Rebelo. A condição periférico-estratégica da Amazônia Setentrional: a inserção do Amapá no platô das guianas. In: PORTO, Jadson Luís Rebelo; NASCIMENTO, Durbens (Org's). *Interações Fronteiriças no Platô das Guianas*. Macapá: Editora, 2010. pp.139-210.

PINTO, Paulo Gabriel da Rocha. Imigrantes e convertidos: etnicidade e identidade religiosa nas comunidades muçulmanas no Brasil. In: MONTENEGRO, Silvia & BENLABBAH, Fatiha (Orgs.). *Muculmanos no Brasil: comunidades, instituições, identidades*. Rosário: Universidad Nacional de Rosario Editora, 2013.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Em busca das origens da História Global*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 30, n. 60., p. 219-240, jan-abr 2017.

VAINFAS, Ronaldo. *Jerusalém Colonial. Judeus portugueses no Brasil holandês*.

. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

VELTMAN, Henique. *Os Hebraicos da Amazônia*. Marco, 2005. Disponível em: <http://www.comiteisraelitadoamapa.com.br/sc/upload/files/Os_Hebraicos_da_Amazonia.pdf>. Acessado em 10 de agosto de 2017.

VISACRO, Alessandro. Inteligência cultural - assunto impositivo na formação do militar moderno e fundamental no estudo de situação: uma abordagem da temática indígena na Amazônia. ***Coleção Meira Mattos - Revista das Ciências Militares***, Rio de Janeiro, n. 25, jul. 2012. ISSN 2316-4891. Disponível em: <http://portal.eceme.ensino.eb.br/meiramattos/index.php/RMM/article/view/120/142>. Acesso em: 14 de agosto de 2017.

Recebido em 14 de agosto de 2017.
Aprovado em 01 de outubro de 2017.